

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 30/2011**

Período: 24/09/2011 – 30/09/2011

**GEDES – Brasil**

- 1- Governo espera que Comissão da Verdade seja aprovada no Senado em caráter de urgência e sem alterações textuais
- 2- Mais de 40 mil pessoas visitaram Base Aérea de Brasília durante comemorações do Dia do Aviador
- 3- Descobertos abrigos antiaéreos em São Paulo
- 4- Militares brasileiros veem com ressalva parceria ucrano-brasileira para lançamento de satélites
- 5- Sessão do Senado discute aplicabilidade da energia nuclear
- 6- Brasil deve enviar apoio militar para Unifil
- 7- Redução tributária favorece indústria nacional bélica
- 8- Brasil reduzirá contingente militar no Haiti a partir de 2012
- 9- Brasil pretende lançar satélites geoestacionários a partir de 2014
- 10- Projetos de lei tentam rever a Lei da Anistia
- 11- Marinha assina contrato para projeto de Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

1- Governo espera que Comissão da Verdade seja aprovada no Senado em caráter de urgência e sem alterações textuais

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Governo Federal anseia que o projeto que institui a Comissão da Verdade, cujo objetivo é investigar as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 a 1988, seja aprovado pelo Senado em caráter de urgência e sem modificações textuais, pois quaisquer alterações na redação do projeto implicarão no retorno do mesmo para votação na Câmara. O *Estado* destacou que a presidente da República, Dilma Rousseff, vetou a discussão que designaria os membros para a Comissão, tendo em vista que isso poderia retardar a tramitação do projeto no Senado. Entretanto, especula-se o nome de Aloysio Nunes, que sofreu perseguição durante o regime militar (1964-1985), para ser o relator. Segundo militantes do campo de direitos humanos, o perfil dos sete membros que comporão a Comissão será essencial para garantir o êxito do projeto. O jornalista Carlos Heitor Cony defendeu a criação da Comissão da Verdade e a necessidade de trazer à tona todos os atos cometidos durante o regime militar que possam ter sido encobertos por seus responsáveis. O deputado federal Edinho Araújo, relator do projeto que originou a Comissão da Verdade, em artigo para a *Folha*, também ressaltou a importância do projeto, que propõe o “restabelecimento da verdade histórica, sem ódio nem revanchismo”. Afirmou que a quantidade de membros é suficiente, pois terão o apoio do ministério da Casa Civil e assessores. Além disso, destacou, entre outras funções da Comissão, a pesquisa em acervos secretos, a possibilidade de solicitar qualquer arquivo de origem pública ou privada e o fornecimento de todo aparato na busca por desaparecidos políticos. Glenda Mazarobba, cientista política, em coluna do *Estado*, citou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que assinala o direito inalienável dos povos

em conhecer a verdade sobre crimes ocorridos em seu passado. Para ela a Comissão ajudará a deslegitimar o período do regime militar brasileiro e legitimar a democracia. Por outro lado, em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Fernando de Barros e Silva afirmou que o projeto é limitado e tardio, e demonstra a indiferença do país em relação aos direitos humanos e ao Estado democrático de Direito, tendo em vista que após 40 anos do início do regime militar o governo reluta em elucidar os casos de desaparecimento e torturas. Silva acredita que a Comissão dará prosseguimento aos trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos, estabelecida em 1995, no governo do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Em editorial a *Folha* questionou a imparcialidade da Comissão e classificou como “pretensiosa e indevida” sua denominação que pressupõe o desbravamento da verdade absoluta pelos seus integrantes. Em coluna opinativa ao periódico o jornalista Janio de Freitas criticou o tempo destinado às investigações, de apenas dois anos, dado o largo período a ser analisado. Afirmou ainda que a discussão gira em torno do número de integrantes da Comissão, do impedimento a ex-militantes de integrá-la e do seu tempo de investigação, o que seriam fatores secundários, pois o sucesso das investigações dependerá dos recursos humanos e instrumentais de que dispõem e, sobretudo, da representatividade institucional que lhe for conferida. De acordo com o *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, relator da ação direta de inconstitucionalidade movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que cobra a revisão da Lei da Anistia (1979), deu prazo até o dia 04/10/11 para que o presidente do Senado, José Sarney, encaminhe a posição do Congresso Nacional sobre o assunto. O presidente da Câmara, Marco Maia, também foi notificado. A revisão da lei é, para muitos defensores dos direitos humanos e familiares das vítimas da ditadura, uma premissa fundamental para o bom funcionamento da Comissão da Verdade. O STF votou, em 2010, a não-modificação da lei, e esta é a vontade do próprio governo, sendo que, segundo o jornal, os próprios ministros afirmaram que as chances de alteração da lei, atualmente, são mínimas. Finalmente, o *Correio* destacou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos acredita que a legislação brasileira deve ser modificada para julgar a tortura não como crime político, mas como crime comum, o que possibilitaria o julgamento de militares acusados. (*Correio Braziliense* – Política – 25/09/11; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 24/09/11; *Folha de S. Paulo* – Poder – 24/09/11; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 27/09/11; *Folha de S. Paulo* – Poder – 27/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 24/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Aliás – 25/09/11)

## 2- Mais de 40 mil pessoas visitaram Base Aérea de Brasília durante comemorações do Dia do Aviador

Como noticiado pelo periódico *Correio Braziliense*, no dia 24/09/11 a Força Aérea Brasileira (FAB) abriu a Base Aérea de Brasília, localizada no Distrito Federal, para o tradicional Sábado Aéreo. O dia marcou ainda as comemorações do Dia do Aviador – que é celebrado em 23 de outubro, mas teve suas atividades festivas antecipadas devido a chuvas previstas para o período. Mais de 40 mil pessoas puderam ver de perto aviões e helicópteros das Forças Armadas e assistir a vôos panorâmicos. (*Correio Braziliense* – Cidades – 25/09/11)

### 3- Descobertos abrigos antiaéreos em São Paulo

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, abrigos subterrâneos foram descobertos em várias regiões da cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo, possivelmente construídos no período da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Embora a cidade não corresse risco de ataque, o Governo Federal distribuiu manuais de conduta em caso de ataque aéreo e decretou, em 1943, que as novas construções deveriam contar com um abrigo antibombas, o que foi seguido por muitos proprietários, inclusive após o final do conflito, sendo que muitos desses abrigos foram descobertos apenas recentemente, por ocasião de reformas nos locais. (O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 25/09/11)

### 4- Militares brasileiros veem com ressalva parceria ucrano-brasileira para lançamento de satélites

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a decisão do governo brasileiro de reativar a empresa Alcântara Cyclone Space (ACS), criada em parceria com a Ucrânia para lançamento de satélites comerciais, reacendeu o descontentamento dos militares da Aeronáutica, que nunca viram esse projeto de forma positiva. Para eles, sua execução representa uma “dupla intromissão”, pois, em primeiro lugar, o programa para o lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4, um dos objetivos iniciais da empresa, concorre com o Veículo Lançador de Foguetes (VLS), programa desenvolvido pela Aeronáutica para a produção de um lançador de satélites e, em segundo lugar, porque a infraestrutura para o lançamento do foguete foi construída na base da Força Aérea Brasileira de Alcântara, localizada no estado do Maranhão, já que o espaço inicialmente previsto, uma área vizinha da base, foi perdido judicialmente em uma disputa com comunidades quilombolas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), também é desfavorável à iniciativa da ACS, pois o Brasil não tem um acordo de proteção de tecnologia com os Estados Unidos, o que inviabilizará o lançamento da maioria dos satélites, pois estes possuem peças americanas e são proibidos de serem lançados em países que não têm o acordo estadunidense. Segundo a *Folha*, a retomada do projeto, que havia se estagnado devido à omissão de capital por parte do sócio europeu, o qual já se prontificou a reforçar os investimentos, prevê não apenas uma maior injeção de recursos, mas também uma reformulação na direção da parte brasileira da empresa, cargo para o qual foi nomeado o brigadeiro Reginaldo dos Santos, reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, dato que, segundo a *Folha*, sinaliza uma tentativa de maior aproximação com a Aeronáutica. (Folha de S. Paulo – Ciência – 26/09/11)

### 5- Sessão do Senado discute aplicabilidade da energia nuclear

Conforme noticiado em coluna opinativa pelo *Correio Braziliense*, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado debateu, recentemente, em uma das sessões que tinha como pauta as fontes de energia, algumas questões relativas à energia nuclear. Segundo o colunista Rubem Azevedo Lima, estavam presentes o físico nuclear Rex Nazaré e Maurício Tomalskin, responsável pelo encaminhamento de muitos projetos na

área. Ao ser indagado pelo senador Valdir Raupp a respeito da viabilidade da manutenção das usinas nucleares já existentes no país e dos esforços para conclusão de uma terceira, o físico argumentou que as usinas foram construídas integralmente com o emprego de tecnologia nacional, e que as medidas são cabíveis, pois o Brasil encontra-se entre os três maiores detentores de minério nuclear do mundo. Em sua fala, o senador mencionou ainda o incidente ocorrido em Fukushima, no Japão, e a decisão do governo alemão pela desativação de uma de suas usinas que estavam em andamento. Todavia, Nazaré assegurou a segurança das estruturas brasileiras e ainda defendeu a criação de mais duas unidades para produção de energia nuclear. (Correio Braziliense – Opinião – 26/09/11)

#### 6- Brasil deve enviar apoio militar para Unifil

De acordo com informação veiculada nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* a presidente da República, Dilma Rousseff, e o Congresso Nacional aprovaram o envio de um helicóptero e de uma fragata da Marinha com até 300 homens para compor a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil – sigla em inglês). O Brasil lidera desde fevereiro de 2011 o comando naval da ação e a fragata a ser enviada comandará um esquadrão de oito embarcações internacionais, sendo responsáveis por patrulhar o litoral sul do Líbano e evitar ações ilícitas na fronteira. (Correio Braziliense – Política – 30/09/11; Folha de S. Paulo – Mundo – 29/09/11)

#### 7- Redução tributária favorece indústria nacional bélica

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Governo Federal editou, no dia 29/09/11, uma medida provisória com o objetivo de fortalecer a indústria nacional bélica. O documento desonera as empresas de encargos tributários, tais como IPI, PIS/Pasep e Cofins, além de criar regras especiais para a compra de produtos e sistemas para a área da Defesa. A medida faz parte do Plano Brasil Maior, criado para incentivar a inovação tecnológica, e do Plano Estratégico de Defesa Nacional. Os produtos considerados estratégicos para segurança nacional e reequipamento das Forças Armadas são munições, armas, embarcações, aviões, satélites, foguetes, veículos, fardas, rações e softwares. Conforme apurado pelo *Estado* a medida provisória estabelece que as empresas a serem beneficiadas devem estar registradas junto ao Ministério da Defesa (que já tem 189 empresas nestas condições), o benefício será concedido por 5 anos, as empresas deverão ter sede ou unidade industrial no Brasil, além de outros requisitos previstos na medida. Segundo a presidente da República, Dilma Rousseff, "essa medida também tem efeito sobre as outras cadeias industriais e é fundamental para manter nossas fronteiras protegidas. Pelo fato de nosso país ter sido abençoado com enormes riquezas, precisamos dessa indústria para manter nossa soberania." Para o ministro da Defesa, Celso Amorim, "essa nova legislação tem um significado especial porque representa não apenas um importante compromisso do governo com a defesa do Brasil, mas também é importante para fortalecer as empresas nacionais, para que não fiquemos dependentes de fatores externos. É um compromisso com a política indústria, com a política tecnológica". Conforme relatado pela *Folha*, Amorim criticou a

parcela orçamentária destinada à Defesa, 1,38% do PIB, durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. De acordo com Roberto Godoy, colunista do *Estado*, o governo quer desenvolver a indústria nacional bélica por razões estratégicas tanto no longo, quanto no curto prazo, pois o Brasil terá de apresentar-se com poder dissuasivo de defesa do interesse em aéreas como energia, reservas minerais, alimentos e, talvez, água doce. No curto prazo tem por função proteger as fronteiras e o combate ao narcotráfico e o contrabando de armas. Os empresários ouvidos pelo jornal consideraram a medida provisória como um indicador de que a Defesa está sendo tratada como política de Estado e não de governo. (Correio Braziliense – Política – 30/09/11; Folha de S. Paulo – Poder – 30/09/11; O Estado de S. Paulo – Negócios – 30/09/11)

#### 8- Brasil reduzirá contingente militar no Haiti a partir de 2012

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a partir de maio de 2012 o Brasil iniciará a retirada de 257 militares da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, mesmo assim ainda restarão 2 mil homens atuando no país, dentre eles o Batalhão de Engenharia, responsável pela reconstrução da infraestrutura local. No dia 15/10/2011 a ONU deve aprovar a retirada de 1,6 mil pessoas que atuam no país. O ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, afirmou “que o início da retirada já é possível porque a ordem e a segurança social no Haiti já foram consolidadas”. O parlamento haitiano aprovou uma proposta de saída que estabelece retirada gradual das tropas estrangeiras da região em cerca de 3 anos. (Correio Braziliense – Política – 30/09/11; Folha de S. Paulo – Mundo – 30/09/11)

#### 9- Brasil pretende lançar satélites geoestacionários a partir de 2014

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi aprovado pela presidente da República, Dilma Rousseff, o cronograma para lançamento do satélite geoestacionário em 2014. Antes o governo decidirá entre a compra no exterior do satélite finalizado ou a montagem do equipamento do Brasil. O orçamento previsto para isso é de R\$ 716 milhões. Segundo a presidente “as Forças Armadas precisam ter seu próprio sistema de comunicações, para que não fiquem na dependência de outros países”. Segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, o curto prazo pode dificultar a montagem do equipamento no Brasil, pois caso não cumpra o estabelecido para o lançamento o país pode perder a posição orbital reservada pela União Internacional de Telecomunicação (UIT). Este satélite terá por função atuar na área de telecomunicação e uma frequência, entre 15% e 20% do total, a ser operado pelas Forças Armadas. Outro satélite geoestacionário tem o lançamento previsto para 2018. O satélite irá operar na banda Ka, para redes do governo, e na banda X, de uso exclusivo das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo – Negócios – 30/09/11)

#### 10- Projetos de lei tentam rever a Lei da Anistia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados rejeitou dois projetos que tentam rever a Lei da Anistia

(1979) e punir os torturadores do regime militar brasileiro (1964-1985). Entretanto, as propostas seguem para Comissão de Constituição e Justiça e plenário. Os projetos foram enviados pelos deputados Chico Alencar, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo que ambos defendem que determinados crimes cometidos por agentes públicos contra pessoas que combateram a ditadura não se incluem no conceito de “crimes conexos” dispostos na Lei da Anistia. Para Erundina o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010 de que os crimes cometidos por agentes públicos inseriam-se na Lei da Anistia não encerrou o debate e o Congresso poderia rever a situação. Porém, o deputado Hugo Napoleão, do Partido Democrata (DEM), relator da comissão, ressaltou que não se pode produzir uma lei para punir crime anterior a ela. Os parlamentares governistas que ajudaram na rejeição do projeto afirmaram que o “governo já está tratando da questão dos crimes cometidos durante o regime militar por meio da Comissão da Verdade, que vai investigar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988”. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 30/09/11)

#### 11- Marinha assina contrato para projeto de Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Marinha assinou um contrato de R\$ 31 milhões para a realização de um projeto que defina a arquitetura técnica, operacional e financeira para a aquisição de um sistema de satélite, radares e equipamentos de sensoriamento submarino de monitoramento do mar territorial brasileiro, especialmente a região do pré-sal, denominado de Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz). A contratada foi a Fundação Aplicações de Tecnologia Críticas (Atech), entidade de direito privado sem fins lucrativos. O futuro sistema se integrará a outro que vem sendo elaborado pelo Exército, com o objetivo de monitorar fronteiras terrestres da região Norte. Os dois sistemas terão uso civil e militar, como socorro e salvamento, controle da pesquisa de espécimes, meteorologia e repressão ao tráfico de drogas, contrabando, pirataria e poluição hídrica. Faz parte do Sisgaaz o desenvolvimento de radares de vigilância baseados em terra e de diferentes alcances, o sensoriamento remoto por radar, câmeras nos principais portos e a aviação de vigilância marítima, com os veículos aéreos não tripulados (Vants) e dirigíveis (Blimps). Por determinação da presidente da República, Dilma Rousseff, o principal satélite de monitoramento será nacional. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/09/11)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).